



HICEP

HIDRÁULICA DE CHÓKWÈ, E.P

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

Auditado por:



Notas às Demonstrações financeiras

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	4
INTRODUÇÃO.....	6
1. Bases de preparação.....	6
2. Principais políticas contabilísticas.....	6
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	13
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros.....	15
5. Activos Tangíveis.....	15
6. Activos intangíveis	16
7. Investimentos Financeiros.....	16
8. Inventário	16
9. Clientes.....	17
10. Disponibilidades.....	17
11. Fundos próprios	18
12. Acréscimos e Gastos.....	19
13. Fornecedores	19
14. Contas à Pagar	20
14.1 Estado	20
15. Prestações de Serviços	21
16. Custos dos Inventários Vendidos e Consumidos.....	22
17. Gastos com pessoal	22
18. Fornecimento e Serviços de Terceiros	23
19. Outros Resultados Operacionais.....	24
20. Resultados Financeiros.....	25
21. Impostos.....	25
22. Impacto da Pandemia do COVID-19 sobre as operações	25
23. Eventos subsequentes.....	26

BALANÇO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em MZN)

DESCRIÇÃO	Notas	Valores Em MZN	
		31 de Dezembro	
		2021	2020
ACTIVO NÃO CORRENTE		379,025,062	199,440,294
Tangíveis	5	211,245,854	31,661,086
Investimento em curso	6	2,922,593	2,922,593
Investimento Financeiro	7	164,856,615	164,856,615
ACTIVO CORRENTE		173,426,143	229,024,205
Inventário	8	291,788	89,718
Clientes e Outros Devedores	9	172,010,290	218,341,513
Outros activos Correntes		291,565	578,862
Disponibilidades	10	385,337	10,014,112
ACTIVO TOTAL		552,004,043	428,464,499
FUNDOS PRÓPRIOS		181,700,434	29,611,096
Capital	11	12,500,000	12,500,000
Acções ou Quotas Próprias	11	100,000	164,251,615
Reservas	11	20,138,157	20,138,157
Excedentes de revalorização		375,629,588	-
Resultados Transitados	11	(179,684,371)	(168,986,280)
Resultado líquido		(46,982,940)	1,707,604
PASSIVOS NÃO CORRENTES		190,301,845	215,715,409
Provisões		5,872,570	4,853,948
Acréscimos	12	184,429,275	215,715,409
PASSIVOS CORRENTES		180,001,765	183,137,994
Fornecedores	13	149,841,257	146,761,983
Conta à Pagar	14	30,160,508	31,522,063
PASSIVO TOTAL		370,303,609	398,853,403
PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS TOTAL		552,004,043	428,464,499

O TÉCNICO DE CONTAS

Filipe Mavie

Filipe Mavie

A ADMINISTRAÇÃO

Soares Almeida Xirinda

O PCA- Drº Soares Xirinda

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em MZN)

DESCRIÇÃO	Notas	Valores Em MZN	
		31 de Dezembro	
		2021	2020
PROVEITOS OPERACIONAIS		113,030,724	118,342,857
Vendas e Prestações de Serviços	15	6,177,284	6,755,457
Rendimentos suplementares		4,702,266	6,148,091
Outros rendimentos e ganhos operacionais	19	102,151,173	105,439,309
CUSTOS OPERACIONAIS		(158,775,594)	(116,467,621)
Custo dos Inventários	16	(1,839,161)	(2,010,433)
Gastos com o Pessoal	17	(47,175,841)	(46,603,034)
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	18	(34,516,745)	(42,268,420)
Amortizações do Período	5	(33,770,161)	(23,059,623)
Provisões do Período		(1,018,622)	(967,187)
Outros gastos e perdas operacionais	19	(40,455,065)	(1,558,924)
RESULTADO OPERACIONAL		(45,744,870)	1,875,236
Rendimentos e ganhos financeiros	20	1,847,914	-
Gastos e Perdas Financeiros	20	(3,085,984)	(167,632)
RESULTADO FINANCEIRO		(1,238,070)	(167,632)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO (R.A.I.)		(46,982,940)	1,707,604
IMPOSTO – IRPC		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (R.L.)		(46,982,940)	1,707,604

O TÉCNICO DE CONTAS

Filipe Mavie

Filipe Mavie

A ADMINISTRAÇÃO

Soares Alunide Xirinda

O PCA- Drº. Soares Xirinda

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em MZN)

DESCRIÇÃO	Valores Em MZN	
	31 de Dezembro	
	2021	2020
Resultado líquido	(46,982,940)	1,707,604
Ajustamentos ao Resultado relativo a:		
Depreciações e Amortizações	33,770,161	23,059,623
Imparidades	29,169,288	181,308,403
	15,956,509	206,075,630
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
(Aumento)/redução de clientes e activos financeiros	153,546,145	(179,748,505)
(Aumento)/redução de activos correntes	25,451,297	138,314,093
(Aumento)/redução de passivos correntes	3,079,275	(28,471,735)
(Aumento)/redução de passivos não correntes	(28,077,233)	(644,617)
	153,999,484	(70,550,764)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	169,955,994	135,524,866
Fluxo de Caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(179,584,768)	(127,467,623)
Fluxo de caixa líquida usada nas actividades de investimento	(179,584,768)	(127,467,623)
Fluxo de Caixa das actividades de Financiamento	-	-
Financiamentos e/ou empréstimos obtidos	-	-
Fluxo de Caixa das actividades de Financiamento	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(9,628,775)	8,057,243
		-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10,014,112	1,956,869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	385,337	10,014,112

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Descrição	Capital Social	Reservas	Resultados Acumulados	Resultado líquido do exercício	Ações ou Quotas próprias	Total dos Capitais Próprios
Saldo a 01 Janeiro 2020	12,500,000	20,138,157	(168,986,280)	(545,911)	-	(136,894,034)
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	545,911	164,251,615	164,797,526
Resultado líquido 2020	-	-	-	1,707,604	-	1,707,604
Saldo a 31 Dezembro 2020	12,500,000	20,138,157	(168,986,280)	1,707,604	164,251,615	29,611,096
Saldo a 01 Janeiro 2021	12,500,000	20,138,157	(168,986,280)	1,707,604	164,251,615	29,611,096
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(10,698,091)	(1,530,629)	(168,581,609)	(134,640,519)
Quotas	-	-	-	-	100,000	100,000
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	375,629,588
Resultado líquido 2021	-	-	-	(47,159,915)	-	(47,159,915)
Saldo a 31 Dezembro 2021	12,500,000	20,138,157	(179,684,371)	(46,982,940)	100,000	181,700,434

O TÉCNICO DE CONTAS

Filipe Mavie

 Filipe Mavie

A ADMINISTRAÇÃO

Soares Alexandre

 Soares Alexandre

O PCA- Dr. Soares Xirinda

INTRODUÇÃO

A Empresa HICEP Hidráulica de Chókwè E.P. com sede na cidade de Chókwè, foi criada pelo Decreto nº3/97, de 04 de Março estabelecida com Empresa pública, tendo por objecto principal o planeamento, gestão da terra, da água, das infra-estruturas hidráulicas e a organização dos utentes na administração, operação e manutenção dessas infra-estruturas em todo perímetro irrigado de chókwè, o qual para efeitos de exploração e conservação, se divide em três sectores hidráulicos nomeadamente: Sector Hidráulico de Montante; Sector Hidráulico Sul e Sector Hidráulico do Rio

1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação das demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

As presentes demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da Empresa com referência a 31 de Dezembro de 2021, sendo apresentadas em Meticais (moeda funcional), arredondados ao Metical mais próximo. Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transação em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela da Empresa nas suas operações e demonstrações financeiras. Assim, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data

da transação. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Descrição	Moeda	31/dez/21	31/dez/21	31/dez/20	31/dez/20
		Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar americano	USD			74.11	75.59
Euro	EUR			90.57	92.37
ZAR	ZAR			5.09	5.19

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela empresa, no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes taxas anuais:

	<u>Anos da vida útil</u>
Mobiliário e Equipamento administrativo e social	5-10
Equipamento de Transporte	4
Outros activos tangíveis	6
Construções	50

A empresa efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos, são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Se o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida a perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. À empresa procede á reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua alienação.

c) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis da empresa no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua vida útil.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado. Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias: Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transacionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A empresa não possui activos classificados nesta categoria.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial. A empresa não possui activos classificados nesta categoria.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Empresa, a intenção de deter os mesmos até à maturidade. A empresa não possui activos classificados nesta categoria.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Reconhecimento inicial

Empréstimos e contas à receber

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação.

Mensuração subsequente

Empréstimos e contas à receber

Subsequentemente, a empresa reconhece os empréstimos (concedidos) e contas a receber ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Anulação do reconhecimento

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, a Empresa tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, retendo parte, mas não substancial, a Empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Imparidade

A Empresa avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros

estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Activos financeiros registados pelo custo (Empréstimos e contas à receber)

Sempre que haja uma indicação objectiva de perda por imparidade, a empresa reconhece tal perda imediatamente nos resultados. A perda por imparidade é mensurada como a diferença entre custo histórico da dívida e o seu valor recuperável.

Se as condições que originaram o registo da perda por imparidade reverterem-se, e o valor outrora registado como perda mostrar-se recuperável, a empresa reverte (ou anula) a perda por imparidade reconhecendo tal efeito nos resultados.

f) Instrumento de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Nos passivos financeiros são consideradas as seguintes categorias:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A empresa não possui passivos classificados nesta categoria:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A empresa não possui passivos classificados nesta categoria

Empréstimos obtidos e contas à pagar

A empresa classifica nesta categoria de passivos financeiros os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial

Empréstimos obtidos e contas à pagar

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Mensuração subsequente

Empréstimos obtidos e contas à pagar

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo.

Anulação do reconhecimento

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram. Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

h) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Empresa estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a Empresa reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada, e imputados aos resultados, à medida que o serviço é prestado. É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado, de um serviço prestado por um empregado e, se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

j) Provisões

A Empresa constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e estes possam ser determinados com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

k) Reconhecimento do rédito

O rédito é reconhecido pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido é líquido de abatimentos e exclui o IVA e outros impostos liquidados que se relacionem com a venda. O rédito (relacionado com a prestação de serviços) é reconhecido quando os serviços são prestados. l) Reconhecimento de outros gastos rendimentos A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transação que os origina, independentemente do seu efeito em caixa. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas em rubricas de contas a receber (por exemplo, outros activos correntes) ou a pagar consoante a natureza da diferença.

m) Imposto sobre rendimento

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante acima, é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício da Empresa, o qual difere do resultado contabilístico devido aos ajustamentos à matéria colectável, resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

n) Especialização de exercícios e rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços prestados são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

o) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa exige que a Gerência efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos, com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Gerência efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela Empresa são analisadas como segue:

Imparidade de contas à receber

A Empresa reavalia periodicamente as evidências de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Gerência nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente, à análise de imparidade individual, a Empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes assim como de outros devedores.

No exercício findo, a Empresa não registou perdas por imparidade por não haver alguma indicação de perda por imparidade ao abrigo dos pressupostos assumidos na sua avaliação.

Vidas úteis dos activos tangíveis e respectivos valores residuais

A Empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais, caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo.

Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da Empresa.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais e outros casos em que a Empresa é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Gerência, sustentada na informação prestada pelos seus consultores e assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Com referência ao exercício findo, não houve eventos que mostrassem a necessidade de registo de provisões.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento são determinados pela Empresa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa sobre o adequado

enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais e outras entidades dispõem da faculdade de rever a posição financeira da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar eventuais correcções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de INSS, IRPS, IRPC e IVA, eventuais correcções.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Além do assunto referido na nota d) 3º parágrafo, a empresa aplicou consistentemente as suas políticas contabilísticas nem houve alterações nas estimativas. Não foram igualmente detectados erros materiais que levassem à ré expressão das quantias comparativas.

5. Activos Tangíveis

Esta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31-Dez-21	Adições/Reduções	31-Dez-20
Custo			
Construção	83,303,194	41,830,529	41,472,665
Equipamento básico	165,479,087	(86,060,117)	251,657,704
Mob. e Equip. Administrativos	8,951,816	294,354,00	8,657,462
Equipamento Transporte	28,658,671	(15,560,025)	44,218,696
Ferramentas e utensílios	2,369,961	221,488,00	2,148,473
Grandes reparações	3,650,981	-	3,650,981
Outros activos tangíveis	750,520	-	750,520
Total de activos tangíveis	293,164,229	(59,273,771)	353,188,520
Amortizações			
Construção	(1,813,290)	15,546,030	(17,359,320)
Equipamento básico	(53,890,103)	185,077,162	(238,967,265)
Mob. e Equip. Administrativos	(6,857,388)	(657,510)	(6,199,878)
Equipamento Transporte	(7,872,611)	35,985,697	(43,858,308)
Ferramentas e utensílios	(1,292,278)	(298,597)	(993,680)
Grandes reparações	(5,253,870)	(158,469)	(5,095,401)
Outros activos tangíveis	(750,520)	-	(750,520)
Total de amortizações	(81,918,375)	224,709,557,00	(321,527,435)
TOTAL LÍQUIDO	211,245,854	180,335,289,00	31 661 086,00

Esta rubrica é composta bens tangíveis pertencentes a HICEP, E.P. nomeadamente por mobiliários e equipamentos diversos, desde maquinaria e equipamento informático.

6. Activos intangíveis

Esta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31 Dez 2021	Adições	31 Dez 2020
Investimentos em curso	2,922,593	-	2,922,593
TOTAL LÍQUIDO	2,922,593	-	2,922,593

Esta rubrica é composta bens Intangíveis pertencentes a HICEP, E.P. composto pelo montante adiantado na construção de uma residência protocolar.

7. Investimentos Financeiros

Esta rubrica inclui as seguintes participações financeiras:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
SAVAL	605,000	605,000
CAIC	100,000	100,000
LIA - Limpopo Indústrias Alimentares, S.A.	164,151,615	164,151,615
TOTAL	164,856,615	164,856,615

8. Inventário

Esta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição:	31-Dez-21	31-Dez20
Mercadorias	98,379	-
Matérias Primas:		-
Arroz em Casca-fábrica	193,409	89,718
TOTAL	291,788	89,718

A rubrica de inventário representa as mercadorias e matérias-primas existentes em armazém até a data do balanço, conforme as descrições mencionadas no mapa em epígrafe. Concluímos que até 31 de Dezembro de 2021, contavam em armazém apenas Arroz do tipo Trinca como produto acabado e em casca para o processo de fabrico, equivalentes ao valor total mencionado.

9. Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Clientes C/C - Taxa Rega		
Sector Montante	6,718,601	6,226,935
Sector Sul	7,926,660	6,552,637
Sector Rio	3,632,423	3,340,208
Sub-total	18,277,684	16,119,780
Clientes contas à receber		
DPSA - Gaza Projecto Desenvolvimento Humano	-	704,700
Papa Pesca	230,715	365,358
CSM OFICINA	168,000	72,000
Saval	180,000	-
Fundos consignados a CPL	-	625,976
Diversas alocações em espécie	-	388,832
Sub-total	578,715	2,344,365
Clientes de cobrança duvidosa		
Diversos	182,323,179	199,877,368
Subtotal	201,179,579	218,341,513
Imparidades - Clientes	(29,169,288)	-
TOTAL	172,010,290	218,341,513

O saldo da rubrica de Clientes, representa cerca de 4% do saldo total dos activos da Empresa. Representa os valores que a Empresa tem à haver de terceiros com conta corrente. A rubrica representa dívida de Clientes à curto prazo, provenientes de créditos concedidos.

10. Disponibilidades

A rubrica de Disponibilidades é composta pelas seguintes rubricas:

DESCRIÇÃO	Notas	31-Dec-21	31-Dec-20
DISPONIBILIDADES			
CAIXA	11.1	736	116
BANCOS	11.2	384,602	10,013,996
SALDO TOTAL		385,337	10,014,112

O saldo desta rubrica é composto por disponibilidades ou equivalentes de caixa, nomeadamente fundo de maneio, com o limite máximo de MZN 15,000 e disponibilidades em contas bancárias pertencentes à HICEP, contas à ordem e em moeda nacional, domiciliadas em bancos comerciais, a destacar: Millennium B.I.M., S.A. e Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

10.1 Caixa

DESCRIÇÃO	31-Dec-21	31-Dec-20
Caixa		
Caixa Sede	736	116
SALDO TOTAL	736	116

10.2 Bancos

Descrição	31-Dec-21	31-Dec-20
BIM Conta HICEP Salários C.N. 52418122	222,276	380,068
BCI-Nº 5063304 - Taxa de Rega	162,254	507,975
BCI-Nº 15321636 F. Crédito Campanha de Arroz Minag	56	9,124,683
BCI- Nº 18497125 Reembolso de Tesouro	16	1,270
TOTAL	384,602	10,013,996

11. Fundos próprios

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Capital Social	12,500,000	12,500,000
Ações ou Quotas Próprias	100,000	164,251,615
Reserva Legal	20,138,157	20,138,157
Resultados transitados	(179,684,371)	(168,986,280)
Excedentes de revalorização de activos	375,629,588	-
Resultado líquido do exercício	(46,982,940)	1,707,604
TOTAL	181,700,434	29,611,096

O saldo desta rubrica é composto pelo património da HICEP, ou seja, o capital inicial investido, a reserva legal criada ao abrigo da Lei para fazer face a futuras situações de insolvência e os resultados acumulados de exercícios transactos, incluindo o exercício corrente.

12. Acréscimos e Gastos

Esta rubrica é composta pelas seguintes entidades:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Subsídios para investimentos	25,673,169	56,984,248
Fundo para Crédito aos Agricultores Estado	142,415,000	142,415,000
Fundo para Crédito aos Agricultores OPEC	16,316,162	16,316,162
Seguro de viaturas	140,992	
Telefone, Fax e DSTV	4,781	
Água	19,082	
TOTAL	184,569,186	215,715,409

O saldo desta rubrica é composto por diversas responsabilidades provisionadas da HICEP, E.P. à favor de terceiros, referente ao exercício 2021 que serão facturadas num período subsequente ao escriturado, mesmo dizendo respeito ao mesmo.

13. Fornecedores

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
ARA - Sul	155,812,850	155,812,850
CSM, Lda.	-	154,052
Centrocar Moçambique	584,749	584,749
Saval-Adubos e Ureia	475,006	475,006
Diversos	1,283,011	-
Adiantamentos e outros	(7,122,873)	(10,264,674)
TOTAL	149,841,257	146,761,983

O saldo desta rubrica é composto pelos fornecedores de bens e serviços com conta corrente da HICEP, E.P. Nomeadamente, fornecedores de água potável, sementes, adubos e outros pertinentes para a produção da HICEP, E.P.

14. Contas à Pagar

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	Notas	31-Dez-21	31-Dez-20
Estado	14.1	2,602,593	2,255,292
Outros Credores	14.2	27,865,165	29,266,771
TOTAL		30,467,758	31,522,063

Está registado nesta rubrica responsabilidade da HICEP, E.P. para com terceiros. Nomeadamente impostos por pagar aos Estado, e diversos créditos concedido à HICEP, E.P. a curto e médio prazo.

14.1 Estado

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
IRPS retido – Dependentes	2,538,103	2,211,171
IRPS retido – Profissionais	32,765	44,122
INSS	31,726	
TOTAL	2,602,593	2,255,292

14.2 Outros Credores

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Fornecedores de investimento de capital	-	8,116,250
Remunerações a pagar aos trabalhadores	2,628,720	540
Sindicatos	3,060	3,067
Credores diversos		
CAIC-Semente	330,001	330,001
Fundo de Fomento Agrário	-	-
FDA- Fundo de Desenvolvimento Agrário (a)	8,975,177	11,394,198
Adiantamento da SMC (Compra da fábrica MIA)	-	5,036,920
Projecto de Incubação de Jovens	3,821,504	4,526,204
Julio Herinques dos Santos	12,755	12,755
Moçambique Companhia de Seguros	-	178,989
MT Empreendimentos Lda	2,136,000	-
Outros	6,299,859	(323,174)
TOTAL	27,865,165	29,275,749

- (a) O montante representado na rubrica Credora acima foi no âmbito da operacionalização do programa Nacional de Mecanização agrária, inserida no quadro de mecanismos de implementação do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011-2020), O FDA disponibilizou a HICEP maquinaria e equipamento avaliado em MZN 11,629,198 meticais para operações no perímetro irrigado do Chókwè.

15. Prestações de Serviços

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Prestação de Serviços		
Sector Montante	1,166,296	1,570,080
Sector Rio	793,459	656,020
Sector Sul	2,292,898	2,104,678
Taxa de Infra-estrutura	111,000	96,900
Processamento de arroz a terceiros	704,821	709,554
SUB-TOTAL	5,068,474	5,137,232

O saldo desta rubrica é composto pelas vendas de serviços efectuadas, resultante da actividade da empresa durante o exercício 2020. Este mostra um incremento em cerca de 3% comparativamente ao exercício 2020, devido a baixa exploração do regadio onde houve aderência reduzida dos agricultores.

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Vendas de Mercadorias		
Produtos acabados e intermédios		
Arroz Extra	920,940	1,373,350
Farelo	19,000	22,500
Trinca	161,550	222,375
Palha	5,000	
Moinha	2,320	-
SUB-TOTAL venda de Mercadorias	1,108,810	1,618,225
TOTAL VENDAS	6,177,284	6,755,457

O saldo total das vendas efectivas da empresa representa apenas 8% das necessidades durante o ano 2020, em termos de gastos administrativos. O que significa que a empresa não produz o

suficiente para manter o funcionamento e actividades de exploração. O saldo total de vendas apresentou um decréscimo equivalente a 36,69% comparativamente ao exercício transacto, devido a baixa exploração íntegra do regadio originado pela baixa aderência dos agricultores na exploração do mesmo.

16. Custos dos Inventários Vendidos e Consumidos

Esta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo final de CMCVM	1,839,161	2,010,433
TOTAL	1,839,161	2,010,433

Esta rubrica, houve decréscimo no custo dos inventários devido a pouca aquisição da matéria-prima, sementes e herbicidas, resultante da crise económica que o país atravessa.

17. Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Remunerações aos Órgãos sociais	6,931,703	5,767,032
Remunerações dos trabalhadores	40,402,094	39,553,313
Subsídios	1,560,465	1,194,075
Ajudas de Custos	579,533	-
Outros Gastos com o pessoal	262,510	88,615
TOTAL	47,175,841	46,603,034

O saldo desta rubrica representa parte dos gastos administrativos, relativo a remuneração de cerca de 190 funcionários efectivos e eventuais durante ao exercício 2021.

18. Fornecimento e Serviços de Terceiros

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Água e Electricidade	905,054	958,783
Lubrificantes e Combustíveis	5,371,692	11,319,356
Lanches e alimentação	452,638	769,679
Material de escritório	319,830	762,165
Manutenção e Reparação	23,262,488	22,223,148
Assessoria	693,734	1,386,234
Vigilância e Segurança	1,365,052	1,417,980
Comunicações	233,829	245,414
Contencioso e notariado	11,487	70,214
Deslocação e Estadia	8,010	18,500
Despesas de representação	18,500	540,834
Rendas e Alugueres	-	-
Seguros	633,145	1,451,659
Limpeza, Higiene e Conforto	104,503	336,124
Publicidade e propaganda	27,774	46,342
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	918,452	721,988
TOTAL	34,516,745	42,268,420

O saldo desta rubrica apresentou decréscimo de cerca de 41% comparado ao saldo 2020.

19. Outros Resultados Operacionais

Esta rubrica é composta por outros Ganhos e Gastos operacionais à favor da Empresa HICEP durante o ano 2020, conforme a tabela abaixo:

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Outros Rendimentos operacionais		
Subsídio à exploração	58,078,328	105,238,466
Outros rendimentos	32,280,487	200,843
Reversões do período	11,792,358	-
Total Ganhos	102,151,173	105,439,309
Outros Gastos operacionais		
Despesa de investigação e pesquisa		-
Impostos e taxas	(24,934)	(39,419)
Perdas em inventário	(126,493)	-
Outros gastos operacionais	(11,134,350)	(1,519,505)
Perdas por imparidades	(29,169,288)	-
Total Gastos	(40,455,065)	(1,558,924)
TOTAL LÍQUIDO	61,696,108	103,880,385

O saldo desta rubrica representa a parte significativa dos rendimentos da Empresa, nomeadamente os subsídios de exploração por via do Estado à favor da Empresa para fazer face ao funcionamento e respectivas actividades do exercício económico. Esta apresentou um Decréscimo de cerca de 51% comparativamente ao exercício 2020 devido à redução de injeção de fundos por parte do Estado.

20. Resultados Financeiros

Descrição	31-Dez-21	31-Dez-20
Ganhos Financeiros		
Da dívida da fábrica MIA	1,847,914	-
Total dos Ganhos	1,847,914	-
Gastos financeiros		
Juros de mora	(142,955)	-
Diferenças de câmbio desfavorável	(2,509,000)	-
Serviços bancários	(63,798)	(82,891)
Outros custos e perdas extraordinárias	(370,231)	(84,741)
Total dos Gastos	(3,085,984)	(167,632)
TOTAL LÍQUIDO	(1,238,070)	(167,632)

21. Impostos

A Administração acredita que a Empresa tem vindo a cumprir as obrigações fiscais a que se encontram sujeitas, pelo que, não se espera, que eventuais correcções às respectivas matérias colectáveis declaradas, decorrentes destas revisões, venham a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

22. Impacto da Pandemia do COVID-19 sobre as operações

Os primeiros casos de COVID-19 (SARS-CoV-19) foram reportados entre os meses de Março e Abril de 2020, o que levou o Governo de Moçambique a decretar o Estado de Emergência para a sua contenção, tendo numa primeira fase surtido os efeitos desejados. Porém, após uma certa melhoria no número de contaminados, o Governo de Moçambique relaxou as medidas de contenção, em Novembro de 2020, o que associado a um maior fluxo de turistas, no final do ano, levou com que, no início do ano de 2021, o país fosse assolado pela segunda vaga da Covid-19, com uma nova variante do vírus (a variante Inglesa ou Sul-Africana) que é considerada altamente contagiosa e mortífera. Embora a Gerência da empresa tenha adoptado medidas de controlo, prevenção e de contingência face ao elevado risco de contaminação, o Governo de Moçambique adoptou medidas de prevenção com um impacto directo no funcionamento da economia, e que até ao momento, seja ainda difícil estimar o efeito no desempenho e lucratividade das empresas.

Contudo, numa primeira análise, pode-se constatar que a decretação de sucessivos "Estados de Emergência" e "Estados de Calamidades", após a detecção dos primeiros casos de contaminação pela Covid-19, entre Março e Abril de 2020.

Com a imprevisibilidade da doença, acompanhada pelo surgimento de diversas variantes da Covid-19, o aumento generalizado no número de casos, quer a nível nacional quer a nível internacional, aumenta o nível de incerteza sobre o impacto que a Covid-19 tem na economia nacional e em particular no desempenho das empresas. Porém, com a aprovação de várias vacinas, sendo que em Moçambique, espera-se que a vacinação, dos grupos alvo, inicie ainda no primeiro trimestre de 2021, esperamos que o seu impacto (Covid-19) não seja relevante na avaliação das operações da empresa e não coloque em causa a sua continuidade no futuro.

23. Eventos subsequentes

Após a data do balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a entidade que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.